

02/09/2020



Revisão da OCDE sobre Governo Aberto no Brasil

Alessandro Bellantoni

Chefe da Unidade de Governo Aberto



O que é Governo Aberto?

”[Uma] cultura de governança que promove os princípios de transparência, integridade, accountability e participação das partes interessadas em apoio à democracia e ao crescimento inclusivo.”

(OECD Recommendation of the Council on Open Government)

Transparência

informações e dados públicos estão disponíveis publicamente e podem ser reutilizados (ex: Portal da Transparência do Governo Federal)

Integridade

o interesse público é priorizado sobre os interesses privados (ex: Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro)

Accountability

as ações do governo são explicadas e as demandas dos cidadãos são atendidas (ex: Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv))

Participação

as perspectivas e contribuições dos cidadãos e das partes interessadas são incorporadas à tomada de decisão (ex: Orçamento Participativo em Porto Alegre)

Quais são os benefícios do governo aberto?

GOVERNO ABERTO

- Confiança no governo
- Satisfação com os serviços públicos
- Crescimento inclusivo
- Democracia mais forte

TRANSPARENCIA

- Permite a participação informada dos cidadãos
- Promove integridade e escrutínio público

PARTICIPACAO

- Qualidade das políticas públicas e serviços
- Melhor processo de tomada de decisão

ACCOUNTABILITY

- Melhorar o uso de recursos públicos
- Eficiência da administração pública



Recomendação do Conselho da OCDE sobre Governo Aberto (2017)

Aprovado em 2017 como o primeiro instrumento legal internacionalmente reconhecido sobre governo aberto, contém 10 disposições que fornecem uma estrutura de governança e implementação.

Ambiente propício

Marcos estratégicos, marcos legais e regulatórios; recursos humanos, financeiros e técnicos; literacia em governo aberto.

Quadros de implementação

Mecanismos de coordenação em todo o governo; monitoramento e avaliação; comunicação; transparência; processos de participação das partes interessadas.

O caminho a seguir

Inovação no setor público, ferramentas digitais e dados abertos; construção de um "estado aberto".

OECD Recommendation of the Council on Open Government

1. AGREES that, for the purpose of the present Recommendation, the following definitions are used:
 - Open Government: a culture of governance that promotes the principles of transparency, integrity, accountability and stakeholders' participation in support of democracy and inclusive growth;
 - Open State: when the executive, legislature, judiciary, independent public institutions, and all levels of government collaborate, exploit synergies, and share good practices and lessons learned among themselves and with other stakeholders to promote transparency, integrity, accountability, and stakeholders' participation in support of democracy and inclusive growth;
2. RECOMMENDS that Members and non-Members having adhered to the Recommendation (hereafter the "Adherents") develop, adopt and implement open government strategies and initiatives that promote the principles of transparency, integrity, accountability and stakeholders' participation in designing and delivering public policies and services, in an open and inclusive manner. To this end, Adherents should:
 1. Take measures, in all branches and at all levels of the government, to develop and implement open government strategies and initiatives in collaboration with stakeholders and to foster commitment from politicians, members of parliament, senior public managers and public officials, to ensure successful implementation and prevent or overcome obstacles related to resistance to change;
 2. Ensure the existence and implementation of the necessary open government legal and regulatory framework, including through the provision of supporting documents such as guidelines and manuals, while establishing adequate oversight mechanisms to ensure compliance;
 3. Ensure the successful operationalisation and take-up of open government strategies and initiatives by:
 - (i) Providing public officials with the mandate to design and implement successful open government strategies and initiatives, as well as the adequate human, financial, and technical resources, while promoting a supportive organisational culture;
 - (ii) Promoting open government literacy in the administration, at all levels of government, and among stakeholders.
 4. Coordinate, through the necessary institutional mechanisms, open government strategies and initiatives - horizontally and vertically - across all levels of government to ensure that they are aligned with and contribute to all relevant socio-economic objectives;
 5. Develop and implement monitoring, evaluation and learning mechanisms for open government strategies and initiatives by:
 - (i) Identifying institutional actors to be in charge of collecting and disseminating up-to-date and reliable information and data in an open format;
 - (ii) Developing comparable indicators to measure processes, outputs, outcomes, and impact in collaboration with stakeholders; and
 - (iii) Fostering a culture of monitoring, evaluation and learning among public officials by increasing their capacity to regularly conduct exercises for these purposes in collaboration with relevant stakeholders.
 6. Actively communicate about open government strategies and initiatives, as well as about their outputs, outcomes and impact, in order to ensure that they are well-known within and outside government, to favour their uptake, as well as to stimulate stakeholders' buy-in.
 7. Proactively make available clear, complete, timely, reliable and relevant public sector data and information that is free of cost, available in an open and non-proprietary machine-readable format, easy to find, understand, use and reuse, and disseminated through a multi-channel approach, to be prioritised in consultation with stakeholders;
 8. Grant all stakeholders equal and fair opportunities to be informed and consulted and actively engage them in all phases of the policy-cycle and service design and delivery. This should be done with adequate time and at minimal cost, while avoiding duplication to minimise consultation fatigue. Further, specific efforts should be dedicated to reaching out to the most relevant, vulnerable, underrepresented, or marginalised groups in society, while avoiding undue influence and policy capture;
 9. Explore innovative ways to effectively engage with stakeholders to source ideas and co-create solutions and seize the opportunities provided by digital government tools, including through the use of open government data, to support the achievement of the objectives of open government strategies and initiatives;
 10. Promote a progressive move from the concept of open government toward that of open state, while recognising the respective roles, prerogatives and overall independence of all concerned parties.

For more information please contact: opengov@oecd.org | <http://oe.cd/26M>

Novas fronteiras para o Governo Aberto



Promover e proteger o **espaço cívico** é uma condição prévia para a boa governança e o crescimento inclusivo, além de ser essencial para a implementação eficaz e eficiente de políticas de governo aberto e iniciativas de participação das partes interessadas.



A OCDE publicou o primeiro relatório internacional sobre o uso de **processos deliberativos representativos** para lidar com problemas complexos, como a mudança climática e as decisões de investimento em infraestrutura.

Public Communication & Open Government

The Global Context & the Way Forward



A OCDE reconhece a **comunicação pública** como um componente fundamental para apoiar reformas de governo aberto e publicará o primeiro relatório internacional baseado em evidências de 60 países.

Governo Aberto na OCDE

Áreas de trabalho

**Governo e Estado
aberto**

**Participação Cidadã
Inovadora**

Espaço cívico

**Comunicação pública
para governo aberto**

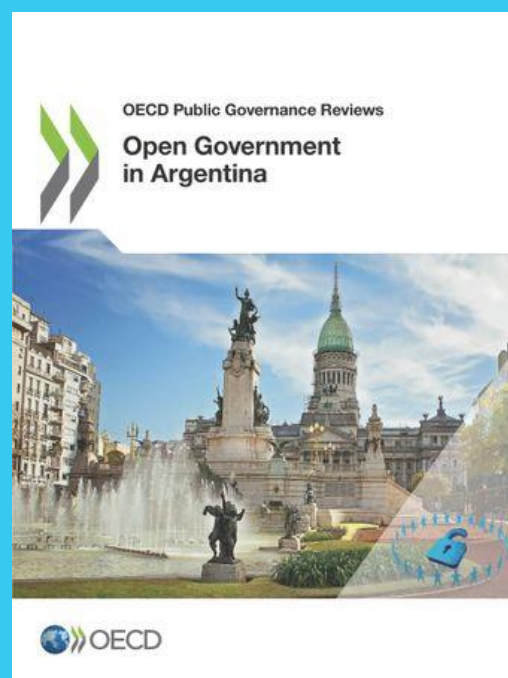
**Transparência e
Accountability**

Recomendação do
Conselho da OCDE
sobre Governo Aberto
(2017)

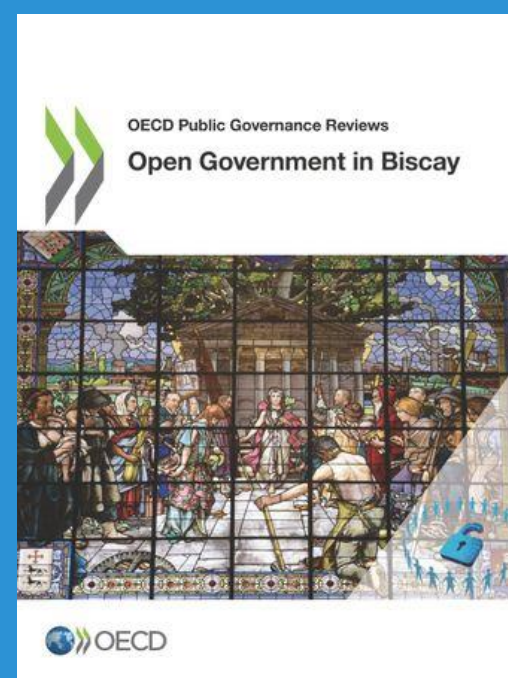
Revisões da OCDE sobre Governo Aberto

As revisões da OCDE sobre Governo Aberto apoiam os países em seus esforços para construir governos mais abertos, participativos e responsáveis que possam restaurar a confiança dos cidadãos e promover o crescimento inclusivo.

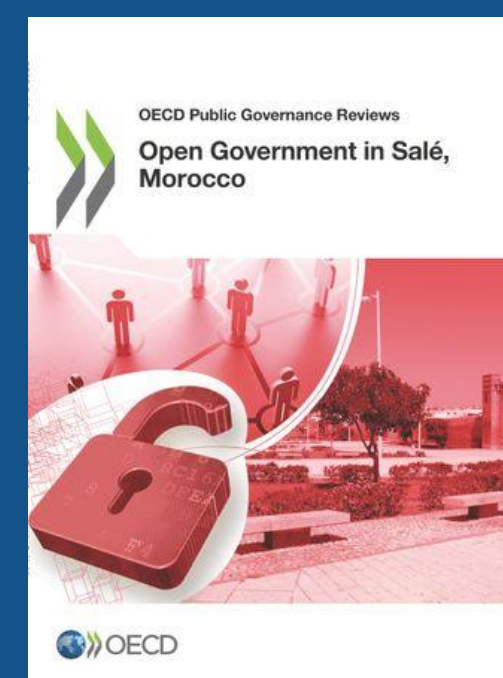
Se beneficiam de todas as áreas relevantes de trabalho da OCDE.



São adaptados às necessidades do governo requerente



São aprimorados através da perspectiva da OCDE.



Revisão da OCDE sobre Governo Aberto no Brasil



Brasil – Um parceiro-chave no trabalho da OCDE sobre Governo Aberto

- **Parceiro fundamental da Unidade de Governo Aberto da OCDE**
 - Aderente da Recomendação do Conselho da OCDE sobre Governo Aberto
 - Participante ativo do Working Party on Open Government
 - Numerosas contribuições nos processos de revisões por pares da OCDE (e.g. Guatemala, Indonésia, Costa Rica)
- **Parte importante em publicações de governo aberto**
- **Co-presidente da Rede da OCDE sobre Governo aberto e Inovador na América Latina e Caribe**

Objetivos



1

Promover os princípios do governo aberto: transparência, accountability e participação

2

Apoiar as autoridades públicas na implementação de estratégias e iniciativas de governo aberto

3

Apoiar a construção de um Estado Aberto no Brasil

Entregáveis concretos



1

Recomendações para o Governo Federal

2

Divulgação de informações e eventos de capacitação

3

Visita de estudo de funcionários públicos brasileiros a um país da OCDE

Temas da revisão



Governança do Governo Aberto

1. O ambiente propício para um governo aberto
2. Cultura de governo aberto no setor público

Abertura na prática

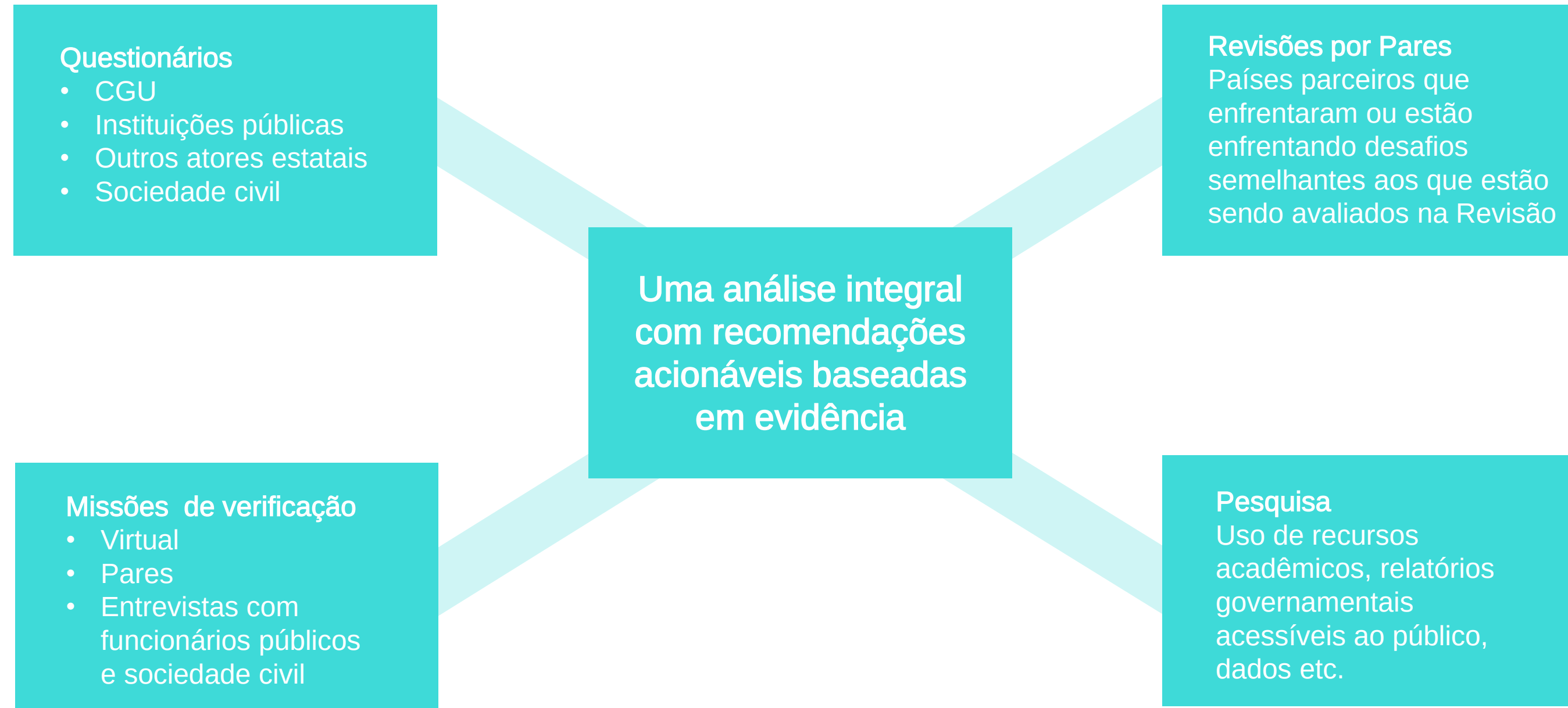
3. Transparência na prática
4. Participação na prática
5. Accountability na prática

Além do Governo Aberto

7. Abertura além do governo, rumo a um **estado aberto**
8. A contribuição do **setor privado** para o governo aberto

Proteção do espaço cívico como elemento transversal

Metodologia – Um processo colaborativo



Calendario



FASE 1

Julio 2020 - Março
2021

A OCDE reúne evidências e percepções por meio de pesquisa, questionários dirigidos a autoridades públicas brasileiras e partes interessadas da sociedade civil e durante duas missões de verificação (entrevistas virtuais).

FASE 2

Março - Junho 2021

A OCDE e o Governo Brasileiro trabalharão nas conclusões preliminares e no relatório preliminar, que então será revisado pela OECD Working Party on Open Government e publicado de acordo com o processo oficial de publicação.

FASE 3

Segunda metade de 2021

A OCDE viajará ao Brasil para lançar a Revisão, apresentar suas principais recomendações e estabelecer um calendario de implementação. Isso é seguido por workshops de capacitação, bem como uma visita de estudo de funcionários públicos a um país da OCDE.



**THANK YOU!
MUITO OBRIGADO !**

Contacto:
Alessandro.Bellantoni@oecd.org
oe.cd/opengov